

PROGRAMA DA FRENTE DE ESQUERDA BH EM MOVIMENTO - ELEIÇÕES 2020

INTRODUÇÃO

O programa de governo da Frente de Esquerda BH em Movimento (PSOL, UP e PCB) a ser apresentado nas eleições municipais de 2020 tem como prioridade absoluta a construção de uma cidade democrática, justa, sustentável e inclusiva para todas as pessoas que vivem em Belo Horizonte, por meio do enfrentamento às desigualdades socioeconômicas e territoriais que atingem, sobretudo, trabalhadores e trabalhadoras, mulheres, população negra, população LGBTI, povos e comunidades tradicionais – especialmente indígenas e quilombolas – e pessoas com deficiência.

Afirmamos o respeito à vida, ao meio ambiente e às expressões diversas da cidadania, para que todas as pessoas tenham condições dignas de existência e acesso aos seus direitos fundamentais, como saúde, educação, cultura, moradia, transporte, segurança, assistência social, esporte, lazer, alimentação e trabalho. A nossa coligação quer uma sociedade em que o seu povo possa viver bem, com alegria e proteção social, livre de toda forma de opressão e exploração. Consolidamos, assim, um programa feminista, antirracista, antietnocida, antiproibicionista, antilgbtifóbico, anticapacitista, socialista e anticapitalista.

Este documento é resultado de um amplo processo participativo que sistematiza debates internos aos partidos da coligação e junto a vários segmentos da cidade, com forte envolvimento de coletivos, grupos, instituições e movimentos sociais. Como afirmado no programa da Frente de Esquerda BH Socialista nas eleições de 2016 para a Prefeitura de BH, “sabemos que esta proposta programática é ainda insuficiente e inacabada, e, de certa maneira, deve permanecer assim, porque a cidade que queremos é inesgotável em seus sentidos e possibilidades. Ela é (re)criada dia a dia pelas pessoas da cidade, seus sujeitos”.

Todas as proposições aqui formuladas estão voltadas a dois propósitos centrais: a radicalização da democracia, por meio do poder popular, e a promoção do direito à cidade. A radicalização da democracia diz respeito ao aprofundamento, à ampliação e à criação de mecanismos de participação popular na efetivação das políticas públicas do município. A perspectiva é de afirmação de direitos, com ênfase nas populações mais vulneráveis. Essas condições também devem abrir espaço para fortalecer iniciativas populares já existentes de autogestão e de promoção do exercício do poder a partir de movimentos populares, organizações comunitárias, sindicais e territoriais.

O direito à cidade é a forma pela qual as garantias democráticas podem ser vividas na experiência cotidiana, propondo uma alternativa de desenvolvimento urbano que garanta o acesso igualitário aos serviços e espaços públicos, para que todas as pessoas possam se desenvolver plenamente a partir das oportunidades que a cidade pode oferecer.

Propor políticas públicas transformadoras é vital nesse momento em que o Brasil enfrenta graves ameaças à democracia e à vida. O contexto é desolador: direitos retirados, aumento da pobreza, desemprego recorde, precarização do trabalho, devastação socioambiental, genocídio da população negra, etnocídio dos povos indígenas, violência machista, LGBTIfobia e outras formas de violência contra diversos grupos sociais. Sofremos uma deterioração do mundo trabalho que resulta no trabalho informal como regra. O desmonte do SUS e dos mecanismos de seguridade social se intensifica. A vida também está ameaçada pela mineração predatória, pelo desmatamento da Amazônia, do Cerrado e do Pantanal e por tantas outras formas de destruição do meio ambiente.

Tudo isso foi agravado pela pandemia da Covid-19 que, tratada com absoluta negligência pelo governo federal, já deixa um saldo de mais de 121 mil pessoas mortas até o mês de agosto.

Temos um modelo de sociedade e de economia em colapso. A falta de resposta efetiva dos governos federal e estadual à maior crise sanitária da nossa geração é reflexo de um sistema doente que precisa ser superado. Nossas vidas importam!

Nosso programa contempla, portanto, a urgência de transformar a política e preservar vidas. Com esse compromisso, apresentamos nossa contribuição à nossa querida cidade de Belo Horizonte.

CONJUNTURA BRASILEIRA

Vivemos um momento particular de nossa história. Época de crise, quando ainda não superamos as tragédias anteriores, como as recentes chuvas que destruíram parte da cidade, e agora precisamos lidar com uma pandemia mundial.

Essa é uma situação anunciada desde a década de 1980: crise econômica, social, política e ambiental resultante do capitalismo em sua fase neoliberal, com privatizações, concentração da riqueza e financeirização da economia. Em 2019, enquanto a crise se intensificava, Itaú, Bradesco, Banco do Brasil e Santander obteriam o maior lucro nominal já registrado pelos bancos desde 2006 (dados consolidados pela Economatica). Os ganhos acumulados somaram R\$ 81,5 bilhões, ante R\$ 69,1 bilhões em 2018.

No Brasil, os dados da PNAD Contínua mostram a grande diferença entre os rendimentos mensais do 1% da população, que recebia R\$ 28.659, e dos 50% da população com os menores rendimentos (R\$ 850). São persistentes as assimetrias raciais, tendo em vista o rendimento mensal de todos os trabalhos das pessoas brancas (R\$ 2.999), pardas (R\$ 1.719) e pretas (R\$ 1.673), assim como as assimetrias de gênero, uma vez que o rendimento de todos os trabalhos dos homens (R\$ 2.555) é 28,7% mais alto do que o das mulheres (R\$ 1.985).

Vivemos no segundo país com maior concentração de renda do mundo, com uma desigualdade extrema que é fruto dessa lógica econômica predatória e da herança colonialista e escravocrata que estrutura a sociedade brasileira. O Estado brasileiro historicamente tem executado uma política de morte contra a maioria negra e pobre da sua população.

Os ajustes fiscais impostos por diferentes governos recaem sobre a classe trabalhadora, retirando direitos e aumentando a pobreza. O desemprego cresce rapidamente, junto com a precarização do trabalho. Os estímulos ao agronegócio, aos megaprojetos e à financeirização dos recursos naturais levam à devastação do território e dos modos de vida de povos e comunidades tradicionais.

A pandemia da Covid-19 está diretamente ligada a essa conjuntura. Cientistas, ativistas e organizações da sociedade civil têm denunciado que a destruição da natureza na busca insana do capital por mais lucro causa desequilíbrio socioambiental, produzindo novas doenças quando vírus silvestres entram em contato com populações humanas, a exemplo do HIV, do Ebola e agora do SARS-CoV-2, causador da Covid-19. De forma enganadora, tais doenças são frequentemente apresentadas como desastre natural ou mesmo culpa dos pobres que vivem no seu local de origem. O recente SARS-CoV-2, pela intensidade da sua disseminação e a gravidade da infecção, acentua os desequilíbrios e desorganiza a sociedade mundial.

No Brasil, a pandemia é devastadora: são centenas de vidas perdidas diariamente, ultrapassando a terrível marca de 130 mil pessoas mortas até meados de setembro. Apesar desse número estarrecedor, o presidente da República afirma que “a gente lamenta todos os mortos, mas é o destino de todo mundo”, diante do pedido de seus apoiadores por uma palavra de conforto para as famílias.

Seguindo a lógica de priorizar os lucros, mesmo que isso signifique perder mais vidas, membros do governo espalham propagandas falsas sobre medicamentos milagrosos, mas que não têm qualquer efeito benéfico demonstrado pela ciência mundial. Ademais, estimula-se a não adesão ao isolamento social, que é a única medida de controle com eficácia comprovada, considerando-se que ainda não existem vacinas ou tratamentos específicos para a Covid-19.

Esse comportamento do “morrer faz parte” ganhou espaço em veículos de comunicação de todo o mundo quando, em 28 de abril, ao ser questionado sobre o fato de o Brasil ter superado a China em número de mortos por Covid-19, o presidente Bolsonaro debochou e disse: “E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê?! Eu sou Messias, mas não faço milagre.”

O povo brasileiro, que nunca viveu em um regime de bem-estar social, vê os direitos conquistados pela luta das gerações que nos antecederam serem paulatinamente retirados. O argumento usado é a “necessidade do ajuste fiscal”. À medida que a crise se intensifica, o retrocesso sobre os direitos é intenso, violento e rápido. Quem paga o preço da crise são os trabalhadores que produzem a riqueza e que dela não se beneficiam.

Além disso, em meio à pandemia, o governo federal e seus seguidores fascistas mais devotos tentaram atacar a nossa já frágil democracia e foram às ruas exigir intervenção militar. Essa ação autoritária foi enfrentada pela ação organizada da sociedade, especialmente movimentos sociais, torcidas organizadas e uma parcela dos partidos de esquerda.

Se hoje há quem fale em “um novo normal”, discordamos da normalização da sociedade em que vivíamos antes da pandemia. A história de opressões e explorações, que exclui, degrada e mata não deve ser vista como “normal”.

Ao tornar evidentes os limites do capitalismo financeiro, a crise sanitária coloca a urgência de alternativas para a sua superação. Por isso, compreendemos a importância de um programa e de uma estratégia política que busquem transformar essa realidade a partir do local, de nossa própria cidade, na proximidade com as pessoas que mais sofrem os impactos dessa crise.

Ainda em relação à crise econômica, as classes dominantes consideram que vão sair da crise aprofundando as medidas neoliberais e retirando direitos, tais como a imposição do teto de gastos, o aprofundamento da dependência econômica do país, aprofundando das relações com o agronegócio, com a mineração etc.

Propomos uma alternativa real de outra forma de organização social que respeite a diversidade e que seja ambientalmente equilibrada, na perspectiva de se alcançar a justiça social. Não é nosso papel administrar o capital. Temos o firme propósito de fazer uma inversão de prioridades para alcançar a maioria de nossa população: o povo trabalhador.

CONJUNTURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

O Arraial Del Rei, nome da região onde foi fundada a cidade de Belo Horizonte, era habitado por uma população pobre e de maioria negra. Estima-se que essa população era composta por cerca de 83% de negros libertos (historiadora Josemeire Pereira, 2018). Essas pessoas viviam nas áreas mais bem localizadas da cidade, onde hoje se encontra o hipercentro. No processo de construção de Belo Horizonte, a primeira cidade planejada do Brasil, muitas delas foram expulsas de suas moradias e tiveram que ir morar o mais longe possível. Esse modelo segregador e higienista influencia até hoje na caracterização da nossa cidade.

Historicamente, a maior parte das gestões da prefeitura municipal manteve o caráter elitista de um modelo de cidade em que os pobres não tiveram vez nem voz. A capital foi planejada para abrigar apenas uma elite de cerca de 100 mil habitantes. Nem mesmo os trabalhadores que

participaram da sua construção foram incluídos na parte planejada recém-construída, sendo levados a se aglomerarem nas bordas do centro, onde posteriormente se consolidariam as primeiras favelas da cidade.

O planejamento da cidade se deu às custas da canalização e fechamento de rios e córregos para a construção de grandes vias públicas, como a Avenida dos Andradas, Tereza Cristina, Boulevard Arrudas e outros. A falta de preparação da cidade para seu crescimento tem graves consequências até os dias de hoje. Todos os anos, no período das chuvas, milhares de pessoas são afetadas por deslizamentos, enchentes, alagamentos, sobretudo nas periferias. Muitas vidas são perdidas, muitos perdem tudo o que possuem, e a culpa é colocada ano após ano na natureza, e não na falta de investimentos pelo poder público.

Belo Horizonte não é imune à crise socioeconômica que assola o mundo. Basta andar pelo centro e nos bairros das periferias da capital mineira para atestar essa realidade. São milhares de pessoas vivendo em condições precárias.

BH tem aproximadamente 192 aglomerados, ocupações e favelas com 95.732 domicílios, o que corresponde a 11,46% do total, conforme mapeamento das áreas classificadas como aglomerados subnormais realizado pelo IBGE. De acordo com o Programa Transdisciplinar Polos de Cidadania, o número de pessoas em situação de rua em Belo Horizonte ultrapassa a marca de 9 mil pessoas. A taxa de desemprego no primeiro trimestre de 2020 é de 12,8%, segundo a PNAD Contínua.

Belo Horizonte é uma cidade negra. Em 2010, 52,4% da população se autodeclarava negra (somando pretos e pardos) e 47,4% da população se autodeclarava branca. Um olhar mais detido para a distribuição da população nas regionais e nos territórios de BH evidencia uma ocupação racializada do espaço urbano. Na regional centro-sul, quase 60% dos moradores se autodeclararam brancos em 2010. Existe uma prevalência da população negra no territórios com menor nível de renda.

O município tem sérios problemas ambientais, como as constantes enchentes que têm piorado ao longo dos anos, também provocadas por políticas urbanas equivocadas, e os riscos gerados pela mineração no entorno da cidade, podendo comprometer a segurança hídrica dos seus habitantes, para citar apenas dois exemplos. O transporte coletivo é caro e não atende às necessidades de mobilidade urbana da maioria da população. Serviços públicos têm carência de recursos e os seus servidores demandam valorização.

Boa parte da população de BH vive em permanente insegurança. Pessoas negras têm 2,7 vezes mais chances de serem vítimas de homicídio intencional, de acordo com o IBGE. Quatro meninas de 13 anos são estupradas a cada hora e 180 estupros acontecem por dia, de acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Uma pessoa morre a cada 20 horas em virtude de sua orientação sexual, de acordo com pesquisa feita pelo Grupo Gay da Bahia.

Esses e outros problemas seguem sem solução há décadas e são agravados pela pandemia. Para enfrentá-los, são necessárias medidas que alterem estruturas de privilégios e desigualdades na capital mineira.

A atual gestão do prefeito Alexandre Kalil não foi capaz de produzir soluções efetivas e duradouras para os problemas da cidade. Manteve a mesma política de impermeabilização do solo e canalização dos rios que vem gerando historicamente as enchentes, praticamente nada fez no sentido da urbanização e regularização das ocupações, não promoveu uma política habitacional consequente e durante a pandemia não promoveu medidas econômicas associadas às medidas sanitárias para socorrer os setores mais afetados pela crise.

Ademais, a pandemia segue seu curso e seus reflexos se farão ainda sentir por muito tempo. Nessa perspectiva, é de fundamental importância que, até que tenhamos uma vacina de acesso universal, políticas de testagem e protocolos de isolamento social sejam implementados e ou mantidos a partir de orientações técnicas e do quadro sanitário vivido pela população de Belo Horizonte a cada momento.

Permanecem problemas estruturais como a priorização do lucro das concessionárias do transporte público, a ausência de uma política municipal de habitação e a retirada de direitos do funcionalismo público.

É por isso que nós da Frente de Esquerda BH em Movimento lançamos a nossa chapa de candidaturas aos poderes Executivo e Legislativo de BH. Somos integrantes de partidos oriundos de movimentos sociais, sindicais, populares, feministas, antirracistas, LGBTI e das juventudes. Cotidianamente, construímos lutas em prol das maiorias sociais. Queremos governar priorizando as necessidades do povo que trabalha e sustenta a vida na cidade.

Convidamos todas e todos a fazerem parte da nossa campanha eleitoral. As propostas que apresentamos nesta plataforma programática foram elaboradas coletivamente e seguem abertas a novas sugestões e adesões.

EIXO 1

GESTÃO DEMOCRÁTICA

A democracia não pode ser transformada em um valor abstrato, descolado da vida das pessoas. É no cotidiano da cidade que os resultados de muitas decisões públicas se materializam. Democracia é prática, que requer encontro, pluralidade, aprendizado mútuo, criação e inclusão. Democracia deve ser uma experiência cotidiana, voltada à construção de relações mais igualitárias e de explicitação dos múltiplos conflitos existentes. Ela é, também, uma forma de governar, que acredita na circularidade entre Estado e sociedade como o modo mais adequado de construir soluções melhores e mais legítimas. Um governo democrático pressupõe estabelecer o protagonismo da população na cidade Belo Horizonte, através da construção do poder popular, com o estabelecimento permanente de instrumentos de participação democrática, para permitir a superação das desigualdades socioeconômicas a partir dos interesses e das necessidades populares.

Nossa proposta é democratizar ampla e profundamente a condução do município, estruturando um ecossistema de práticas participativas para que cidadãos e cidadãs, e seus setores organizados, possam ser efetivamente ouvidos e influir na construção coletiva da cidade. O direito à cidade envolve esse direito de fazer-cidade, do planejamento e da gestão municipal, que implica a possibilidade de inventá-la, repensá-la e reconfigurá-la em comum, com uma nova forma de convivência cidadã, a partir da diversidade cultural e em harmonia com a natureza, para alcançar o bem viver. Radicalizar a democracia é, antes de tudo, assegurar esse direito fundamental da população de moldar a comunidade em que vive, por meio da participação efetiva, mas também proporcionar um salto de qualidade no processo de organização e de conscientização das comunidades e da população em geral, por meio do exercício da cidadania ativa.

Temas

- Gestão Democrática
- Controle Social
- Comunicação

Propostas

- Estruturar um ecossistema participativo, composto por múltiplas arenas de participação que possibilitem o engajamento ativo das(os) cidadãs(ãos), e de suas múltiplas organizações sociais, na construção, na implementação e no monitoramento de políticas públicas em diversos eixos temáticos e territórios;
- Construir métodos participativos de elaboração de políticas públicas utilizando indicadores de enfrentamento ao racismo e às desigualdades de gênero, territoriais, socioeconômicas, entre outras;
- Instituir processos participativos, não só na definição das políticas públicas, mas durante a implementação de ações, projetos, programas que resultem em formas coletivas e autogestionárias de apropriação de espaços culturais e de convivência, de geração de trabalho e renda, de preservação da natureza e equipamentos urbanos;
- Valorizar e fomentar a mobilização social, as práticas comunicacionais e os processos educativos que assegurem o debate democrático e a interlocução efetiva e dialógica entre Estado e sociedade.
- Proporcionar espaços de participação ativa a toda população, promovendo a conscientização da importância dos espaços de construção de uma cidade democrática, e possibilitando disputas justas na condução dos recursos públicos e sua destinação aos grupos sociais e territórios que mais precisam.
- Propiciar a instalação de conselhos populares territoriais (além dos temáticos), possibilitando a participação de toda a população em debates e decisões sobre investimentos públicos nas suas respectivas regiões.
- Promover a participação política e social de mulheres, negros e negras, indígenas, idosos e idosas, pessoas em situação de rua, população LGBTI, pessoas com deficiência e outros grupos em diversos espaços formais e informais de discussão, construção política e controle social;
- Possibilitar espaços de consulta ampla à população, por meio de assembleias populares presenciais e mecanismos de participação virtual.
- Fortalecer e reestruturar os conselhos:
 - assegurando sua efetividade e a sua capacidade deliberativa, de modo que as discussões sejam mais frutíferas e menos centradas no poder público;
 - repensando formas de construção da representação política nessas arenas;
 - promovendo sua visibilidade e capacidade de mobilização;
 - criando e fortalecendo mecanismos que induzam a conexão entre eles.
- Refletir, continuamente, sobre o desenho de fóruns participativos e reformulá-los de modo a assegurar a sua efetividade e a participação igualitária e inclusiva dos cidadãos, identificando e corrigindo problemas que perpetuam desigualdades estruturais na construção coletiva da cidade. Valorizar a escuta institucional e a necessidade de dar retorno aos cidadãos sobre as consequências de sua participação.
- Desenvolver iniciativa participativa em torno do orçamento, que viabilize debate público, amplo e aberto sobre os recursos executados pelo município. Consultar amplamente a população sobre a execução da peça orçamentária e as prioridades da cidade, viabilizando a gestão compartilhada de serviços públicos. Propiciar que a destinação de recursos públicos seja pautada nas demandas sociais de grupos e territórios mais vulneráveis.

- Respeitar e considerar a participação popular existente nos movimentos sociais, em espaços de representação no governo, considerando as reivindicações imediatas e históricas desses coletivos na gestão democrática da cidade.
- Promover ações de fortalecimento da transparência pública, incluindo política de dados abertos, que possibilite não apenas o controle social sobre a prefeitura, mas também o debate qualificado sobre as ações.
- Contribuir para a democratização da comunicação, com ações como:
 - fortalecimento de estratégias de inclusão digital, por meio não apenas de políticas de acesso público à internet, mas também de ações de letramento digital;
 - discussão aberta e democrática sobre investimentos em publicidade oficial, dando publicidade aos critérios adotados para tanto;
 - combate à desinformação e à disseminação de discursos de ódio;
 - apoiar a organização de rádios comunitárias nos diversos territórios;
 - potencializar formas criativas e não convencionais de diálogo direto com a população, utilizando, por exemplo, intervenções urbanas de artes visuais, teatro fórum, fanzines, rádios comunitárias, saraus, performances artísticas e outras linguagens que promovam o debate da cidade, o fortalecimento de laços de convívio e o protagonismo da cidadania.

EIXO 2

TRABALHO E OUTRAS ECONOMIAS

A economia de Belo Horizonte é profundamente interligada com sua Região Metropolitana, com a qual estabelece importantes relações de complementaridade, dada sua complexidade econômica, social, política e ambiental. A história de BH, construída para ser a capital, tem padrões de desenvolvimento e riqueza muito diferentes dos municípios vizinhos. O setor comercial e de serviços é bem desenvolvido, com uma estrutura diversificada na prestação de saúde, educação básica e superior, instituições bancárias, lazer, turismo, cultura e comunicação, entre outros. Os municípios que compõem a Região Metropolitana têm em BH uma referência na prestação de serviços. Uma agenda inclusiva de políticas públicas envolve a necessidade de se pensar sempre o conjunto da RMBH, para onde se estende a periferia de baixa renda, cujo emprego muitas vezes depende da capital.

Minas Gerais enfrentava, antes mesmo da pandemia, uma taxa de desemprego de 9,5% em novembro de 2019, que se agravou para 11,5% no primeiro trimestre do ano, de acordo com o IBGE. Milhares de postos de trabalho foram perdidos na RMBH nos últimos meses, e apenas o comércio de Belo Horizonte fechou 20 mil vagas, mostrando mais uma vez que a conta da crise é repassada para os trabalhadores.

Belo Horizonte tem hoje um índice de desemprego próximo ao desemprego nacional. O desemprego no Brasil tem um componente estrutural e conjuntural que o torna elevado. Com o aumento do índice de desemprego, fica escancarado o aumento das(os) trabalhadoras(es) informais e de pessoas em situação de rua. É papel do poder público intervir para reverter essa situação.

Belo Horizonte é reconhecida pelo desenvolvimento de sua Economia Popular e Solidária (EPS). Envolve toda uma população, fundamentalmente feminina, que se ocupa com a produção de

alimentos, vestuário, produtos artesanais, entre outros, para a geração de renda e sobrevivência familiar.

O neoliberalismo, em sua configuração atual, resulta em um mercado de trabalho restrito, ampliação da pobreza, precarização e aprofundamento das desigualdades sociais. A desigualdade de renda é um problema agudo. Trabalhadores com características produtivas similares muitas vezes recebem remunerações distintas a depender das suas diferenças raciais e de gênero, mesmo quando possuem o mesmo nível educacional. Diante disso, uma administração que se propõe a fazer uma inversão de prioridades deve desenvolver políticas públicas para melhorar as condições de vida dos grupos mais vulneráveis, levando em conta as dimensões raciais e de gênero.

Segundo o IBGE, trabalhadores brancos recebem 68% a mais do que trabalhadores negros. Quando olhamos para a realidade das trabalhadoras negras, a desigualdade é ainda maior. É preciso analisar a história da população negra a partir também das relações de produção e trabalho. Por isso, é necessário construir alternativas para superar o alto desemprego e a exploração da população negra em empregos informais e precarizados.

A tecnologia e a automatização trazem novos desafios, como a “uberização” do trabalho e a diminuição dos postos, além do fortalecimento de poucas empresas em detrimento dos trabalhadores. Tal situação ficou ainda mais evidente com a pandemia da Covid-19.

Esse cenário impõe a necessidade de se pensar outras formas de reproduzir materialmente a vida, outras formas de gerar renda e outras formas de existência. Entre elas, a possibilidade de ecossistemas produtivos autônomos e baseados em pequenos produtores e dinâmicas de rede, a perspectiva da renda básica universal, as moedas sociais e a articulação das experiências econômicas em territórios periféricos.

Temas

2.1. Emprego e renda

2.2. Economia popular, solidária e sustentável

2.3. Justiça tributária e política fiscal

Propostas

2.1. Emprego e renda

- Transitar para um novo modelo de administração pública. Limitar o número de cargos comissionados. Reduzir terceirizações e a precarização do trabalho. Possibilitar ampliação da oferta de concursos públicos e a redução da jornada de trabalho para 6 horas diárias / 30 horas semanais.
- Fortalecer políticas públicas que possibilitem a construção de espaços emancipatórios, que promovam a educação e a formação política das(os) trabalhadoras(es), principalmente em áreas vulneráveis, visando assim acabar com trabalhos precários, de baixos salários e alta rotatividade.
- Criar espaços de educação técnica e profissional que aumentem o nível de qualificação das(os) trabalhadoras(es).
- Buscar alterar a organização de regime, condições e relações de trabalho, influenciando na questão da relação capital-trabalho, em favor de ambientes de trabalho menos estressantes e de atividades menos repetitivas.

- Integrar o trabalho da vigilância sanitária com os órgãos de defesa da saúde das(os) trabalhadoras(es), visando diminuir os impactos de manuseio ou contato com substâncias, irradiações, ruídos e temperaturas que prejudiquem sua saúde.
- Proporcionar espaços de participação na construção das políticas públicas nas áreas de emprego e renda, de forma ampla a toda população, estimulando e fortalecendo os segmentos mais atingidos pelos impactos das variações do mercado, como jovens, mulheres, negras(os), indígenas, LGBTI, pessoas com deficiência e moradoras(es) das periferias.
- Fomentar políticas públicas de emprego e renda para mulheres, LGBTI, negras(os), indígenas e pessoas com deficiência, com atenção às especificidades nas desigualdades salariais e na oferta de empregos, revertendo, assim, os altos níveis de desemprego e a predominância de trabalhos precarizados.
- Instituir uma política municipal do primeiro emprego como forma de permitir a inclusão da população jovem no mundo do trabalho.
- Desenvolver políticas de emprego e renda voltadas para a população trans e travesti.
- Enfrentar a violência contra trabalhadoras(es) sexuais.
- Enfrentar a exploração sexual.
- Atuar pela descentralização territorial de comércios e serviços da região central de BH, fomentando o desenvolvimento local, principalmente em bairros e regiões periféricas e/ou de maior vulnerabilidade.
- Estimular uma rede de suporte social para as mulheres trabalhadoras, com ampliação das vagas e horário integral na educação infantil, além de restaurantes populares e outros equipamentos de uso coletivo.
- Mapear os setores mais impactados pela pandemia sob as vertentes econômica, social e sanitária, e estabelecer a consequente incidência do poder público, em caráter prioritário e emergencial, a fim de desenvolver mecanismos de proteção e de viabilizar a plena recuperação desses setores – como os micro, pequenos e médios negócios, a cultura e o terceiro setor, por exemplo –, no menor prazo possível.
- Atuar para regular o exercício de atividades das plataformas de entrega no âmbito municipal a fim de garantir segurança e melhores condições de trabalho aos entregadores.
- Incentivar a ampliação de postos de trabalho nos setores públicos, considerando-se a possibilidade de municipalização de serviços essenciais.
- Promover ações afirmativas nos serviços públicos, incluindo reserva de vagas para pessoas negras, indígenas, com deficiência e LGBTI.
- Promover a valorização do trabalho de mulheres negras, incluindo a realização de campanhas de enfrentamento ao racismo no mercado de trabalho.

2.2. Economia popular, solidária e sustentável

- Estimular a superação da lógica patrão/empregado por formas de produção coletiva, buscando processos decisórios compartilhados e de desenvolvimento humano, produção sustentável e organização do trabalho que revertam a lógica capitalista.
- Criar espaços de educação técnica e profissional com ênfase em formas cooperativas e solidárias de organização do trabalho. Buscar incorporar esses princípios ao projeto político e educacional da cidade, em diálogo com as comunidades escolares, visando estimular a autonomia da população.

- Estimular e fortalecer iniciativas de cooperativas populares, inclusive por meio de contratos junto à prefeitura.
- Dedicar atenção especial às micro e pequenas produtoras, individuais e coletivas, especialmente mulheres negras e indígenas.
- Apoiar associações e cooperativas de catadores e catadoras de material reciclável, em atendimento às suas demandas e fortalecendo processos relativos à reciclagem nas comunidades, principalmente com a coleta seletiva.
- Atuar para impedir a repressão contra trabalhadoras(es) ambulantes, em defesa do direito fundamental ao trabalho. Garantir infraestrutura adequada para o trabalho ambulante, assim como programas de geração de renda, qualificação profissional e regularização da atividade.
- Fomentar o Centro Público de Economia Solidária (Cepes) da PBH, ampliando sua estrutura e orçamento.
- Possibilitar a criação de política de apoio a plataformas colaborativas, para a implantação, em modalidades de parceria público-popular, de aplicativos e outras formas de plataformas populares autogeridas pelos próprios trabalhadores.
- Fomentar a formação de redes de EPS e o aumento da reciprocidade entre seus trabalhadores. Propiciar transferência de renda direta e subsídios públicos para fortalecimento dessas redes, incluindo a compra de seus produtos e serviços. Propiciar a monetização do trabalho de cuidados, trazendo esse sistema garantidor da vida ao status de política pública.
- Ampliar os espaços de comercialização da EPS em feiras por toda a cidade. Atuar para que cada bairro tenha pelo menos uma feira periódica. Estabelecer feiras permanentes em todas as regionais administrativas.
- Implantar o Plano Emergencial para Recuperação da Economia Popular (www.economiapopular.com.br), elaborado por movimentos populares, associações e grupos de pesquisadores no contexto da pandemia da Covid-19. Dar sequência para além da conjuntura da pandemia, através do planejamento participativo de um arcabouço de políticas públicas específicas para as economias populares e solidárias, promovendo assembleias periódicas nas regionais administrativas do município, e sua interface com outras políticas.

2.3. Justiça tributária e política fiscal

- Trabalhar a BH que queremos investindo em um desenvolvimento local e democrático, integrado à Região Metropolitana.
- Atuar com governos municipais da Região Metropolitana em prol de uma reforma tributária pautada pela justiça distributiva.
- Buscar superar a visão empresarial e competitiva de gestão da cidade e de renúncia fiscal como formas de atração de grandes empresas e multinacionais.
- Atuar em favor da progressividade dos tributos municipais, para maior tributação do patrimônio e menor tributação do consumo.
- Revisar políticas vigentes relativas a isenções tributárias e renúncia de receitas.
- Simplificar o acesso ao direito constitucional de isenção de IPTU para espaços religiosos de matrizes africana e indígena.
- Aprimorar os mecanismos de transparência de todas as contas da prefeitura.

- Atuar pela extinção da empresa PBH Ativos.
- Propiciar auditoria da dívida, de concessões de serviços municipais e dos contratos públicos para verificar a legalidade, a necessidade e a real extensão dos compromissos firmados pela prefeitura.

EIXO 3

DIREITOS E LUTAS

Promover o acesso de todas as pessoas aos direitos que asseguram a vida – como alimentação, saúde, educação, cultura, lazer, esporte, entre outros – é tarefa primordial do poder público municipal. Para cumpri-la, é preciso reconhecer que em Belo Horizonte, assim como em todo o país, desigualdades sociais estruturais geram grandes barreiras no acesso aos direitos. E é preciso, sobretudo, desenvolver políticas públicas de redução das desigualdades e de promoção dos direitos que priorizem os territórios e as populações que mais sofrem com a precarização da vida em BH: mulheres, população negra, população LGBTI, povos e comunidades tradicionais - especialmente indígenas e quilombolas - e pessoas com deficiência.

Este programa aposta na construção de políticas públicas de valorização, promoção e proteção da vida de todas as pessoas, tendo como ponto de partida a efetivação de direitos para amplos segmentos da população cujas vidas não têm sido valorizadas nem respeitadas.

Dividido em 12 temas, o eixo “Direitos e lutas” reúne as políticas de promoção do acesso de toda a população aos direitos que garantem a vida e o bem viver, bem como as pautas das lutas por uma BH diversa, inclusiva e participativa – que se fazem presentes, de forma transversal, em todo o nosso programa de governo.

Temas

- 3.1. Promoção de direitos
 - 3.1.1. Proteção social
 - 3.1.2. Saúde
 - 3.1.3. Educação
 - 3.1.4. Cultura
 - 3.1.5. Segurança alimentar e agroecologia
 - 3.1.6. Segurança cidadã
 - 3.1.7. Esporte
 - 3.1.8. Turismo, lazer e entretenimento
- 3.2. Articulação com as lutas por direitos
 - 3.2.1. Mulheres
 - 3.2.2. População negra e povos e comunidades tradicionais
 - 3.2.3. Juventudes
 - 3.2.4. População LGBTI
 - 3.2.5. Pessoas com deficiência

Propostas

- 3.1. Promoção de direitos
 - 3.1.1. Proteção social
 - Desenvolver políticas de proteção social que contem com mecanismos ampliados de participação popular em seu desenvolvimento e controle, desconstruam lógicas

assistencialistas, reduzam desigualdades sociais e promovam condições de acesso das pessoas, com autonomia e protagonismo, aos direitos de cidadania.

- Fortalecer e ampliar as políticas de proteção social, promovendo maior integração e articulação em rede nos territórios, de modo que a população de cada localidade possa ser integralmente atendida pelas diversas políticas públicas à qual é referenciada.
- Fortalecer, ampliar e qualificar a estrutura e a atuação dos equipamentos públicos da assistência social (CRAS - Centro de Referência da Assistência Social e CREAS - Centro de Referência Especializado em Assistência Social), orientando para que se articulem as redes comunitárias e se tornem espaços de referência para a participação social.
- Fortalecer o caráter intersetorial das políticas sociais, considerando a centralidade do Sistema Único de Assistência Social no que se refere à gestão do território.
- Promover a valorização e a educação continuada das(os) profissionais das políticas sociais. Nos programas de formação de tais profissionais, enfatizar a incidência, nas problemáticas relacionadas à desigualdade no acesso aos direitos, dos marcadores sociais estruturais de gênero e raça.

3.1.2. Saúde

- Promover uma política municipal de atenção à saúde que efetive os princípios do SUS, assegure a atenção integral à vida, seja calcada no diálogo e na participação social e tenha um olhar sensível às interseccionalidades de marcadores sociais, de gênero e étnico-raciais. Desse modo, garantir acessibilidade, autonomia, protagonismo e cuidado de qualidade a todas as pessoas, considerando as distintas demandas e urgências de:
 - povos indígenas, quilombolas e outros povos e comunidades tradicionais, priorizando seus modos de vida e saberes;
 - pessoas com vulnerabilidades específicas, como pessoas portadoras de doenças raras, em situação de sofrimento mental, em sofrimento causado pelo uso problemático de álcool e/ou outras drogas e pessoas com deficiência, tendo como premissas o respeito à dignidade e aos direitos de cidadania e a desconstrução de lógicas preconceituosas que levam à segregação e a outras violações de direitos;
 - população negra, em conformidade com a Política Nacional de Saúde da População Negra (2009), considerando suas singularidades étnico-raciais e problemas específicos de saúde, como a anemia falciforme;
 - mulheres, com enfrentamento às diferentes formas de violência que experienciam tanto nas relações interpessoais quanto nos serviços públicos, como a violência obstétrica;
 - população LGBTI, entendendo que são atravessadas por violências, urgências e demandas singulares e que é necessário promover estratégias de saúde pública que contemplem a perspectiva da diversidade sexual;
 - população idosa;
 - população de rua.
- Fortalecer a gestão do SUS, com ênfase na promoção da gestão participativa das políticas de saúde, integrando trabalhadoras(es) e usuárias(os). Dessa forma, promover o efetivo controle social e a construção de enraizamento do SUS na sociedade e na cidade.

- Promover uma política de valorização das(os) trabalhadoras(es) da saúde, com concursos públicos, piso salarial, educação continuada, atenção à prevenção e ao cuidado à saúde desses profissionais.
- Promover a educação dos profissionais de saúde sobre as temáticas de gênero, sexualidade e raça.
- Adotar estratégias de redução das mortalidades materna, neonatal e infantil, para o alcance das metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, com inauguração e funcionamento da maternidade/CPN Leonina Leonor Ribeiro em Venda Nova e implementação das práticas baseadas em evidências na atenção à gestação, parto, nascimento, puerpério e abortamento, em todas as maternidades, de acordo com as Diretrizes Nacionais e Atenção ao Parto (Conitec / Ministério da Saúde e Norma Técnica de Atenção Humanizada ao Abortamento) e RDC 36/2008 da ANVISA.

3.1.3. Educação

- Promover a educação integral, articulada às políticas de direitos sociais e culturais e voltada ao desenvolvimento pleno das(os) estudantes – contemplando as dimensões psicossocial, familiar, comunitária, social e cultural. Nessa perspectiva, incrementar a estrutura física, de recursos humanos e pedagógica das unidades de educação infantil e das escolas, e desenvolver medidas efetivas de atenção à família e de diálogo com as comunidades.
- Ampliar a participação social na gestão das políticas educacionais, por meio de: 1) transparência das ações do poder público; 2) diálogo com as comunidades escolares na construção das políticas, a partir de instrumentos como diagnósticos, conferências, plebiscitos, referendos, entre outros; 3) fortalecimento dos conselhos, assegurando as condições necessárias à efetiva operação dos mesmos; 4) incremento dos mecanismos de gestão participativa das unidades de educação infantil e escolas, estimulando a participação das(os) estudantes.
- Promover o fortalecimento das políticas e da rede de educação infantil do município, envolvendo melhorias estruturais e medidas de valorização e formação especificamente voltadas às(aos) profissionais da educação infantil.
- Promover políticas educacionais inclusivas, participativas e democráticas, que valorizem a diversidade e busquem a eliminação de violações de direitos e desigualdades de acesso e permanência de meninas e mulheres, negras(os), povos e comunidades tradicionais, população LGBTI e pessoas com deficiência ao direito à formação educacional de qualidade e à participação na vida escolar.
- Implementar, na rede municipal de ensino, de forma efetiva, as leis 10.639/03 e 11.645/08, que estabelecem a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena na educação básica e fiscalizar a sua correta implementação na rede privada, incluindo formação e atualização de trabalhadoras(es) da educação.
- Implantar medidas de promoção do acesso à educação voltadas a grupos que foram excluídos da escolarização na idade recomendada, tais como trabalhadoras(es) em situação de vulnerabilidade social, desempregadas(os) e pessoas em situação de rua.
- Promover programas de erradicação do analfabetismo.
- Implantar políticas de inclusão digital que envolvam disponibilização de internet nas escolas, letramento digital de professoras(es) e estudantes e incorporação das novas tecnologias às práticas de ensino.

- Estabelecer diálogo aberto com as(os) trabalhadoras(es) da educação e promover a valorização dessas(es) profissionais, assegurando remuneração justa, plano de carreira, formação continuada e condições para o planejamento pedagógico.
- Garantir a laicidade do ensino e a autonomia docente.

3.1.4. Cultura

- Reconhecer a cultura como eixo central, meio e fim de desenvolvimento, emancipação e bem-estar social, dada a sua transversalidade e interface com as diversas outras políticas públicas, como, por exemplo, as de educação, saúde e meio ambiente, e promover o desenvolvimento social como um fenômeno e um processo cultural, cujo projeto deve ser construído pelo conjunto da sociedade a partir de seus próprios sonhos, objetivos e meios, com base em suas tradições, histórias, valores e identidades.
- Implantar a Política Municipal Cultura Viva, uma política pública de cultura que valoriza a diversidade étnica e cultural da cidade; preserva, estimula e fortalece as práticas e tradições populares, sociais e comunitárias.
- Valorizar as diversas formas e modos de fazer, pensar, saber, sentir, conhecer, expressar, manifestar, isto é, de viver, ser e estar no mundo, por meio da garantia do livre e pleno exercício dos direitos culturais da população.
- Preservar, por meio da proteção, da promoção e da salvaguarda, o patrimônio cultural, assim entendidos os bens de natureza material e imaterial que contenham referência à experiência, à ação, à tradição, à identidade e à memória dos diferentes grupos formadores e participantes da sociedade belorizontina, inclusive de seus povos e comunidades tradicionais, em parceria com os órgãos e entidades das esferas estadual e federal.
- Fortalecer o Sistema Municipal de Cultura por meio de: revisão do Plano Municipal de Cultura; estruturação de projeto de planos setoriais; reconfiguração da abrangência de linguagens artísticas; implantação de sistema de informação e indicadores culturais robustos; fomento e/ou expansão de dispositivos e mecanismos para consolidar e ampliar processos de participação social na gestão dos programas e equipamentos culturais.
- Promover políticas efetivas de democratização e descentralização cultural, que promovam: redução das desigualdades sociais, étnico-raciais e de gênero no acesso à cultura; fortalecimento das manifestações artístico-culturais comunitárias e populares e da economia popular solidária da cultura; integração dos equipamentos culturais às redes comunitárias e fomento à ocupação democrática de tais equipamentos; fomento à criação e à sustentabilidade dos espaços culturais coletivos e comunitários.
- Democratizar, desburocratizar e promover a transparência dos processos e mecanismos relacionados à realização de atividades e eventos artístico-culturais em espaços e equipamentos públicos, tais como editais, licenciamentos, alvarás e autorizações
- Promover políticas de formação de públicos que sejam orientadas pelas perspectivas da cidadania cultural, do fomento e do fortalecimento dos grupos artístico-culturais tradicionais, populares e comunitários.
- Desenvolver políticas de qualificação dos equipamentos culturais (museus, parques, bibliotecas, centros culturais e teatros) e de articulação dos mesmos para a ampliação do acesso da população às oportunidades de formação, produção, expressão e fruição de arte e cultura neles oferecidas.

- Expandir e incrementar infraestruturas digitais de promoção do acesso à cultura, como galerias, bibliotecas e acervos digitais, de modo articulado a políticas de democratização do acesso à internet.
- Aumentar os recursos orçamentários do município destinados para a área de cultura, com investimento mínimo de 2% do orçamento municipal e sua execução integral.
- Promover políticas de enfrentamento ao racismo religioso e às violações do direito de culto e crença contra as religiões de matriz africana.
- Propor a desburocratização dos editais municipais de incentivo à cultura e democratização do acesso a partir de editais simplificados em sua inscrição e prestação de contas.
- Garantir destinação de recursos específicos para a manutenção e programação de cada um dos 17 Centros Culturais Municipais.
- Apoiar expressões da cultura negra e indígena, como o hip hop, samba, capoeira, maracatu, blocos afros, companhias de dança e de teatro, festas de rua, entre outras.

3.1.5. Segurança alimentar e agroecologia

Integrar as políticas de segurança alimentar e de promoção da agroecologia no município, criando as bases para uma política de abastecimento que priorize a articulação com produtores e produtoras agroecológicos de BH e da Região Metropolitana, promova a oferta de alimentos saudáveis a preço justo e acessível e valorize o trabalho e a natureza em todas as etapas da cadeia agroalimentar.

Construir uma política municipal voltada à efetivação das medidas previstas no Plano Nacional de Redução de Uso de Agrotóxicos, bem como ao fomento à ampliação da produção de alimentos agroecológicos, orgânicos, sem agrotóxicos, transgênicos ou fertilizantes químicos.

Promover a articulação entre as áreas da segurança alimentar e nutricional e da educação, por meio de: ampliação e aquisição de alimentos da agricultura familiar para a alimentação escolar; descentralização dos conselhos de alimentação escolar; incentivo à produção e à capacitação agroecológica urbana com o fortalecimento e a ampliação das hortas comunitárias e escolares, bem como da distribuição de sementes para as famílias; promoção de oficinas e de espaços de aprendizado e troca intergeracionais, mobilizando culturas e saberes tradicionais alimentares e medicinais.

Desenvolver na cidade um projeto de fortalecimento da rede de produtores familiares e da agricultura urbana. Ampliar as feiras nos bairros e vilas e possibilitar estrutura qualificada para mais expositores. Criar uma política de assistência técnica e de financiamento para que mais produtores tenham crédito e eficiência em suas plantações.

Articular em conjunto com assentamentos rurais, ocupações urbanas, comunidades indígenas e quilombolas novas políticas de demarcação territorial. Fortalecer essas comunidades com a compra da sua produção agroecológica para merenda escolar e outras necessidades de alimentação em equipamentos públicos municipais.

3.1.6. Segurança cidadã

- Promover a segurança pública municipal na perspectiva da cidadania, compreendendo-a como a articulação de diversas políticas sociais com vistas à redução das desigualdades e à garantia, a todas as pessoas, de condições para viver com dignidade, como moradia,

alimentação, educação, saúde, assistência social, cultura e lazer. Implementar, assim, uma política de segurança pública que considere a importância do enfrentamento ao racismo e ao genocídio da juventude negra e seja voltada à promoção e à proteção da vida, especialmente nos territórios mais vulneráveis.

- Promover o fortalecimento e buscar a articulação entre as políticas de prevenção e proteção social, nos âmbitos municipal e estadual, priorizando territórios e públicos em maior vulnerabilidade social, como juventudes, especialmente a negra e periférica, população em situação de rua, egressos do sistema prisional, mulheres em situação de violência, população LGBTI, entre outros segmentos. Embora o Município de Belo Horizonte tenha um orçamento anual de quase 250 milhões de reais destinado para a segurança pública, a Prefeitura destina apenas cerca de 3% deste valor para a área da prevenção social à violência e à criminalidade. Defendemos o desenvolvimento e o financiamento pelo município de políticas públicas próprias de prevenção social.
- Criar e ampliar mecanismos de participação e controle social das políticas de segurança pública, ouvidorias, fóruns temáticos e conselhos locais, prioritariamente localizados nos territórios mais vulneráveis, voltados a: a) promoção de cultura de paz e solidariedade; b) identificação conjunta de fatores que alimentam a violência e/ou a insegurança; c) construção de formas não violentas de intervir sobre problemas da coletividade, bem como de medidas de prevenção e enfrentamento a violências contra mulheres, crianças, jovens, população LGBTI e outros públicos em maior vulnerabilidade social; d) implantação de ouvidorias independentes e mesas de diálogo locais, articuladas com outras questões da cidade.
- Implementar diretrizes para a Guarda Municipal: atuação desmilitarizada; educação continuada sobre enfrentamento ao racismo institucional, relações étnico-raciais, gênero e sexualidade; valorização das(os) profissionais e investimento na educação para atuarem como agentes de mediação de conflitos, abolindo métodos violentos e promovendo a atuação em parceria com redes sociais protetivas.
- Propiciar a retirada gradual do armamento letal da Guarda Municipal, com foco em instrumentos de defesa e intervenção não-letais.
- Valorizar os trabalhadores da segurança pública, com remuneração, plano de carreira e condições de trabalho dignas.
- Fortalecer o programa de assistência social e acompanhamento psicológico para os servidores da Guarda Municipal.
- Elaborar um Plano Municipal de Segurança Pública Cidadã, com um diagnóstico compreensivo e apurado da situação da violência em BH, de modo a subsidiar as políticas públicas municipais na temática.
- Propiciar a contratação de egressos do sistema prisional em obras públicas por meio de cotas específicas e propor políticas para sua empregabilidade junto ao setor privado.

3.1.7. Esporte

- Desenvolver uma política municipal de esportes que tenha ampla participação social e, ainda, compreenda a prática esportiva como essencial à qualidade de vida. Dar centralidade ao desenvolvimento de equipamentos, espaços e programas que estimulem práticas esportivas variadas em todos os territórios de BH, com ações específicas voltadas à

ampliação de atividades esportivas nas escolas e nos espaços comunitários, envolvendo crianças, adolescentes, jovens, adultos e pessoas idosas.

- Romper com a lógica de atrelamento das políticas de esporte e práticas corporais aos interesses de parcelas privilegiadas da sociedade, promovendo espaços democráticos e descentralizados de expressão.
- Promover melhorias na distribuição geográfica dos equipamentos e unidades públicas referentes ao esporte, através de um planejamento que considere as características geográficas e sociais do município, descentralizando os espaços da região central da capital.
- Promover a manutenção e reparação dos equipamentos públicos voltados para a prática de esportes, como campos de futebol, quadras esportivas, praças públicas, promovendo a regulamentação do uso de espaços públicos com finalidades esportivas.
- Integração dos espaços esportivos às estruturas de educação, saúde, turismo e cultura, como bibliotecas, parques, praças, escolas, laboratórios de informática, e unidades básicas de saúde.
- Construção de uma política universal para o esporte na cidade, integrada a outras políticas sociais, como a Assistência Social e o Sistema de Saúde, ocupando e ressignificando os espaços públicos.
- Definição de um percentual mínimo do Orçamento do Município para as políticas de esporte, com ampliação progressiva do orçamento, e aplicação descentralizada dos recursos.
- Elaboração do Plano Municipal de Esporte que contemple os espaços públicos e sua utilização, manutenção, ampliação e qualificação das(os) trabalhadoras(es).
- Realização de eventos, oficinas, encontros e torneios de forma a fomentar a participação da comunidade.
- Apoiar por meio material, técnico e financeiro às iniciativas populares e tradicionais.
- Incentivar os cursos de educação física a possibilitar uma formação voltada para os serviços públicos, através da criação de uma carreira específica para os profissionais de educação física no âmbito da Prefeitura, sendo esses responsáveis pela execução da política de incentivo ao esporte no município de maneira permanente.
- Fomentar a atividade física para todas as idades tendo trabalhos específicos voltados para crianças e adolescentes, jovens, adultos e pessoas idosas.
- Incentivar a prática esportiva nas escolas, através de palestras e da participação de agentes do esporte, reforçando a importância da prática;
- Ampliar a prática esportiva nas escolas, atentando para esportes alternativos como xadrez, jogos de tabuleiro, esportes olímpicos e esportes eletrônicos (e-Sportes).
- Garantir o acesso a atividades recreativas, esportes e práticas corporais, inclusive de caráter educacionais, para crianças e adolescentes.
- Revitalizar e expandir as áreas de esporte, com acompanhamento profissional, em todas as microrregiões da cidade, tendo como parâmetros as especificidades das pessoas idosas.
- Proposição de um orçamento mínimo progressivo para políticas de esporte de forma descentralizada.
- Enfrentar o racismo, a LGBTifobia, o machismo e qualquer forma de assédio em espaços e instituições esportivas.
- Integrar as políticas públicas de esporte, turismo, lazer, educação, saúde e assistência social.

3.1.8. Turismo, lazer e entretenimento

- Desenvolver uma política municipal de turismo que conte com ampla participação social e priorize os interesses da maioria da população, por meio de: articulação da atividade turística a empreendimentos populares e comunitários e a programas de geração de trabalho e renda que priorizem a redução das desigualdades socioeconômicas no município; fomento e apoio ao desenvolvimento de atividades e produtos turísticos tradicionais, comunitários e populares; promoção de medidas que assegurem que a atividade turística respeite, valorize e preserve o meio ambiente e as culturas locais.
- Tendo em vista que as atividades de lazer – que são aquelas realizadas pelos indivíduos em seu tempo livre com propósitos de diversão e interação – proporcionam bem estar, incrementam a convivência social e movimentam a economia, desenvolver políticas públicas de lazer que contem com ampla participação social; priorizem a democratização e a descentralização; estimulem, facilitem e amparem a prática do lazer em toda a cidade; articulem o lazer a programas de geração de trabalho e renda que priorizem a redução das desigualdades socioeconômicas no município.
- Fortalecer o turismo e o lazer, valorizando os espaços como a Lagoa da Pampulha, Parque Municipal, Mirante do Mangabeiras, Mirante do Parque da Serra do Curral e Parque Ecológico da Pampulha como pontos para o turismo ambiental e ecológico, além de espaços verdes de lazer para a população.
- Fomentar o turismo arquitetônico e visual da cidade, possibilitando que a população de Belo Horizonte e Região Metropolitana faça uso dos espaços, ainda pouco frequentados, além de fortalecer a vinda de outros estados e países entendendo a riqueza do turismo belo horizontino;
- Fortalecer o turismo arquitetônico e visual da cidade, em espaços como a Igreja de São Francisco, Casa Kubitscheck, Casa do Baile, Edifício Niemeyer, Catedral Nossa Senhora da Boa Viagem e Conjunto Arquitetônico da Pampulha.
- Fortalecer o turismo cultural e histórico, valorizando os museus e diversos outros espaços que fazem o resgate da história e sabedoria da cidade, como o Circuito Cultural da Praça da Liberdade, Instituto Inhotim, Mercado Centro Cultural, Museu Banco do Brasil, Memorial Minas Gerais, Museu das Minas e do Metal Espaço do Conhecimento da UFMG, Casa FIAT de Cultura, Palácio da Liberdade, Museu de Artes e Ofícios Palácio das Artes e Museu de Arte Moderna.
- Fomentar o turismo esportivo, através dos espaços como o Ginásio, Mineirinho, Mineirão, promovendo práticas que fortaleçam e regulamentem o turismo no esporte.
- Fomentar as práticas do carnaval, desburocratizando a ocupação da cidade e fortalecendo essa atividade como parte das políticas de turismo, assim como para a economia da cidade.

3.2. Articulação com as lutas por direitos

3.2.1. Mulheres

- Promover uma política municipal, integral e integrada de atenção à mulher, orientada e estruturada a partir da transversalidade da pauta de gênero e sua interseccionalidade com marcadores sociais, geracionais e étnico-raciais.
- Assegurar atenção integral à saúde das mulheres, assim como os direitos sexuais e reprodutivos delas, fortalecendo o Sistema Único de Saúde (SUS), efetivando o conceito

ampliado de saúde e atuando por meio da articulação de todas as políticas públicas, de forma transversal.

- Garantir e fomentar a autonomia econômica das mulheres, estruturando políticas do cuidado que enfrentem a divisão sexual do trabalho e socializem as responsabilidades, por meio de medidas como: fortalecimento e ampliação da oferta de creches e educação infantil em horário integral; promoção e fomento de ampla divulgação de informações e ações de combate ao trabalho escravo, terceirizado e precarizado, bem como ao assédio moral e sexual; promoção da justiça de gênero no mercado de trabalho, a partir de ações como a implementação e o fomento a programas de educação profissional para as mulheres.
- Promover e ampliar a Rede Municipal de Atendimento à Mulher, numa perspectiva intersetorial de enfrentamento à violência, transversal a todas as políticas, e articulada à implementação da Lei Maria da Penha. Para tal, trabalhar com metodologias participativas, que dialoguem com os movimentos de mulheres e feministas da cidade, e promover a qualificação e o fortalecimento da atuação das(os) profissionais que prestam os diferentes serviços de atendimento às mulheres em situação de violência, vulnerabilidade e risco.
- Fortalecer e ampliar as políticas de enfrentamento ao abuso, exploração e turismo sexual que viola direitos de meninas e mulheres na cidade de Belo Horizonte.
- Promover e garantir a representação das mulheres na gestão municipal e nos mais variados espaços de discussão e tomada de decisão, assegurando sua plena participação nos processos de planejamento, implementação, execução e monitoramento de políticas públicas da cidade, com paridade de gênero e raça.

3.2.2. População negra e povos e comunidades tradicionais

- Promover a participação efetiva de negras e negros, indígenas, quilombolas e outros povos e comunidades tradicionais nos espaços de decisão, assegurando maior representatividade nas secretarias de governo, nos processos de formulação e implementação de políticas e em todas as áreas da administração pública municipal.
- Adotar medidas de enfrentamento ao racismo institucional no funcionamento de todos os serviços e equipamentos municipais.
- Formular e implementar políticas transversais de enfrentamento ao genocídio da juventude negra, de modo a evitar mortes e violências. Pautar, debater e assegurar novas formas e ações de segurança pública municipal, que sejam cidadãs, humanizadas e respeitadas em relação aos direitos da população negra e dos povos e comunidades tradicionais.
- Estabelecer políticas públicas e ações descentralizadas, nos âmbitos da arte, da cultura e da educação, entre outros, que respeitem as especificidades dos diferentes territórios, valorizando o saber local e a participação efetiva das(os) cidadãs(os), considerando as contribuições e lutas dos diferentes sujeitos e comunidades.
- Ampliar a participação da comunidade educacional (professoras(es), diretoras(es), responsáveis, alunas(os) e comunidade) nas políticas de formação continuada em relações étnico-raciais, abarcando áreas diversas – como cultura, saúde e educação – e promovendo condições para a aplicação efetiva das leis 10.639/03 e 11.645/08, que estabelecem a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena na educação básica.
- Criar um Centro de Referência Indígena, como espaço para valorização e visibilização dos povos originários na cidade de Belo Horizonte, preservando e respeitando as(os) artistas e

artesãs(os) indígenas, fortalecendo seu protagonismo, suas culturas, saberes e modos de vida. Nessa mesma perspectiva, criar o Festival de Arte Indígena.

- Fomentar e garantir espaços de diálogo entre população negra, indígenas, quilombolas e outros povos e comunidades tradicionais e poder público municipal para a realização de debates e a construção qualificada de políticas e programas direcionados à reparação e à promoção dos direitos de cidadania para essas pessoas e suas comunidades.
- Fomentar e apoiar a organização de encontros de religiões de matriz africana e ameríndia, para resguardar o direito à liberdade religiosa e prevenir a discriminação e o preconceito.

3.2.3. Juventudes

- Elaborar, implementar e fortalecer políticas que assegurem o pleno direito à vida, ao desenvolvimento integral e ao bem viver de todas as juventudes, que integrem as mais diversas áreas, como saúde, educação, assistência social, cultura, segurança, transporte, esporte e lazer.
- Construir e implementar um Plano Municipal de Juventudes, que garanta e fortaleça mecanismos de participação social e seja pautado pelos princípios da interseccionalidade, transversalidade e intersetorialidade, fomentando a participação política das(os) jovens, garantindo protagonismo juvenil e, ao mesmo tempo, promovendo o acesso das juventudes aos seus direitos.
- Estruturar e fortalecer políticas que assegurem o acesso integral das juventudes à cidade, garantindo a elas o direito de se deslocar pelos territórios, de acessar e de construir diferentes espaços. Para tal, descentralizar os programas já existentes e promover maior integração metropolitana. Além disso, posto que o direito das juventudes à cidade também está ligado a condições de permanência e não só de circulação, desenvolver políticas públicas de juventude que articulem todos os territórios de BH e da Região Metropolitana.
- Promover a participação das juventudes em espaços de controle social e participação referentes às temáticas de mobilidade, entendendo o impacto dessa política para a qualidade de vida das(os) jovens, garantindo o passe livre progressivamente, começando com o passe livre para as(os) estudantes.
- Construir e implementar um plano municipal de combate ao genocídio da juventude negra, que contemple políticas amplas e ações transversais para o enfrentamento à violência contra jovens negros(as) e periféricos(as).
- Formular e executar políticas que ampliem o acesso das juventudes a vagas de trabalho em condições dignas, além de adotar ações que garantam renda justa para as diversas juventudes, combatam a informalidade e a precarização, considerando recortes de maior vulnerabilidade e risco, como adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa e jovens egressos(as) do sistema prisional.

3.2.4. População LGBTI

- Implementar políticas públicas intersetoriais voltadas à promoção da igualdade de gênero e combate às LGBTIfobias, com destaque para ações estratégicas nas áreas de saúde, educação, trabalho e renda, cultura e desenvolvimento social, considerando o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (2008), assim como os processos de conferências a ele relacionados.

- Elaborar, implementar e acompanhar um Plano Municipal de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBTI, respeitando as decisões da Conferência Municipal LGBT de 2011.
- Garantir o uso do nome social em todas as instâncias da administração pública municipal.
- Fortalecer e fomentar mecanismos de enfrentamento às LGBTIfobias no município.
- Fortalecer e ampliar as atividades oferecidas pelo Centro de Referência LGBTI.
- Fortalecer e ampliar o acesso à saúde pública, gratuita e de qualidade, para a comunidade LGBTI, assegurando que esse acesso ocorra de forma digna e respeitosa, incluindo a oferta de especialidades ligadas às transexualidades e à saúde mental.
- Incluir e ampliar os debates sobre sexualidade e identidade de gênero na educação, por meio da inclusão de discussões ligadas às temáticas LGBTI no currículo escolar.
- Promover ações com vistas a garantir o acesso e a permanência de pessoas LGBTI na educação, combatendo a evasão escolar, além de investir na educação profissional dessas pessoas.
- Promover políticas, ações e estratégias voltadas para o acesso e a permanência de travestis e transexuais nos mais variados espaços políticos e institucionais, desenvolvendo mecanismos e iniciativas que possam ampliar e fortalecer, também, a inserção e a permanência dessas pessoas no mercado de trabalho.
- Inserir, ampliar e valorizar as iniciativas LGBTI dentro das atividades e espaços culturais e artísticos já existentes na cidade.
- Monitorar, com mecanismos de mapeamento e avaliação, as desigualdades sociais relacionadas a orientação sexual e identidade de gênero no município.

3.2.5. Pessoas com deficiência

- Garantir a participação das pessoas com deficiência no planejamento, formulação e implementação das políticas públicas, contemplando a multiplicidade de individualidades. Implementar políticas e ações de enfrentamento à discriminação, à violência e ao capacitismo, de forma a respeitar a autonomia e a individualidade das pessoas com deficiência.
- Priorizar e investir na realização de concursos para profissionais da educação e saúde, que sejam qualificadas(os) para o atendimento e o acompanhamento de qualquer corpo, independentemente de sua deficiência. Investir na e ampliar a capacitação de profissionais já atuantes na rede para o atendimento a esse público.
- Assegurar investimentos, de forma prioritária, em infraestrutura, mobilidade e acessibilidade de todos os espaços e serviços públicos da cidade para pessoas com deficiência, em suas múltiplas possibilidades, garantindo a implementação do desenho universal e de linguagens acessíveis, nos termos da Lei 13.146.
- Ampliar o AEE (Atendimento Educacional Especializado) para todos os equipamentos de educação (públicos e conveniados), nos turnos e contraturnos, considerando as múltiplas formas de deficiência.
- Garantir o atendimento e o acompanhamento qualificado de todas as pessoas com algum tipo de deficiência nos equipamentos públicos de saúde, respeitando a temporalidade necessária aos diferentes diagnósticos, tratamentos e especificidades. Criar uma política municipal para investimento e fortalecimento do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) no que diz respeito à qualificação do atendimento oferecido às pessoas com deficiência.

EIXO 4

VIDA NA CIDADE

A cidade não é apenas o suporte da vida social e econômica. Ao contrário, o modo como nos organizamos no território dá forma às sociedades humanas, amplia ou reduz desigualdades, estabelece as possibilidades de aproveitamento de recursos e de fruição da vida compartilhada.

Cidade planejada, Belo Horizonte se pautou desde o início pela exclusão da população mais pobre, que precisou batalhar para construir seus bairros, aglomerados, favelas. O Estado tem um déficit histórico com a maioria da população, já que sempre atuou para garantir as infraestruturas urbanas das áreas ricas e deixou as periferias relegadas. Se hoje muitos bairros da cidade são dotados de alguma infraestrutura como pavimentação, água tratada, iluminação pública, escolas e postos de saúde, isso é principalmente devido às lutas das(os) moradoras(es), que por décadas batalharam para conquistar itens elementares da vida urbana.

Ainda assim, a diferença de tratamento dos territórios segue gritante. As regiões onde está a maioria da população são carentes de espaços públicos de qualidade, arborização, calçadas, transporte público eficiente, segurança, saneamento, parques, enquanto nos bairros ricos esses elementos são bem providos. Não é possível tolerarmos tamanha diferença de tratamento entre territórios que deveriam receber isonomia de tratamento. Para reverter essa situação é preciso mudar a lógica nos investimentos e nas políticas públicas, visando melhorar as condições de vida do povo.

Dividido em 7 temas, o eixo “Vida na cidade” do nosso programa busca estabelecer políticas pautadas pela igualdade em acesso à cidade, de forma a atender as populações que o governo municipal muitas vezes deixou no fim da fila das políticas públicas. Busca construir políticas baseadas numa visão feminista e antirracista, capaz de enfrentar as diversas desigualdades que atravessam o território e se pautar pelo bem comum; e em práticas de participação abertas a todos os agentes que formam a cidade.

Temas

- 4.1. Planejamento urbano
- 4.2. Habitação e territórios periféricos
- 4.3. Mobilidade e transporte
- 4.4. Espaços públicos e áreas verdes
- 4.5. Águas, saneamento e combate a enchentes
- 4.6. Meio ambiente e emergência climática
- 4.7. Resíduos sólidos

4.1. Planejamento urbano

- Promover a participação social no planejamento urbano da cidade em diálogo permanente com conselhos populares, associações de moradores com enfoque territorial e temático e outros tipos de organização social, respeitando a autonomia da sociedade civil.
- Promover uma política de planejamento urbano efetivamente democrática e participativa, por meio da construção de políticas públicas articuladas a demandas e ao protagonismo de movimentos populares de Belo Horizonte, com suporte técnico e jurídico do poder público.
- Promover reformas urbanas que se comprometam com os povos afro-brasileiros, indígenas e outros grupos étnicos, de acordo com suas especificidades demográficas, efetivando um

planejamento urbano que cumpra o dever de garantir os direitos à moradia e à cidade para todos os povos.

- Consolidar o papel do Conselho da Cidade como espaço de participação popular e plural frente os problemas de Belo Horizonte, com capacidade deliberativa e de definição sobre o orçamento.

4.2. Habitação e territórios periféricos

- Alterar a lógica atual em que a produção de unidades habitacionais é executada de forma vertical pelo mercado imobiliário sem possibilidade de acesso à moradia pelas classes populares.
- Promover políticas que garantam a permanência das pessoas mais pobres nas diversas regiões da cidade, evitando a gentrificação e garantindo a ampla utilização dos territórios.
- Promover reformas urbanas que possibilitem a descentralização de atividades e que promovam o desenvolvimento de áreas como Venda Nova e Barreiro.
- Criar um plano de atuação para garantia de infraestrutura urbana e equipamentos públicos em territórios periféricos da cidade.
- Regularizar os instrumentos do Estatuto das Cidades (Lei Federal 10.257-2001) como o IPTU progressivo no tempo, a desapropriação sanção, o parcelamento, edificação ou utilização compulsórios, como forma de garantir o cumprimento da função social da propriedade e da cidade.
- Criar políticas públicas que garantam a função social da propriedade, visando uma reforma urbana que atenda as pessoas excluídas do direito à cidade.
- Garantia do direito à moradia digna, com água potável e tratamento de esgotos, em locais seguros que não ameacem as reservas ambientais.
- Promover um plano de moradia com transversalidade ambiental, a partir da identificação de ocupações de risco ambiental e à vida das pessoas, buscando a articulação entre a preservação ambiental e o direito de moradia dos ocupantes de assentamentos informais.
- Promover a urbanização e a regularização fundiária de todas as ocupações urbanas, reconhecendo e legitimando esses territórios existentes na cidade, como forma de promover a melhoria de qualidade de vida e garantir o direito à moradia digna e à cidade destas famílias, preservando o direito à moradia adequada bem como os mananciais e áreas de preservação ambiental.
- Promover a regularização fundiária dos templos religiosos de matriz africana e indígena.
- Promover uma política de Despejo Zero na cidade, em que toda ação do Poder Executivo Municipal seja feita a partir de uma negociação justa, prévia e digna, que assegure a moradia à população em situação de vulnerabilidade social por meio de processos de mediação de conflitos fundiários urbanos.
- Abertura de concurso público para ampliar os quadros técnicos da Urbel.
- Propiciar a tarifa social para a população de baixa renda nos serviços essenciais, garantindo, assim, acesso universal e de qualidade ao abastecimento de água, ao saneamento básico, à energia e à coleta de lixo.

4.3. Mobilidade urbana

- Fortalecer as políticas públicas que priorizem a utilização dos modos coletivos e modos ativos de deslocamento, promovendo impactos positivos no sistema de saúde pública e na

saúde das pessoas, reduzindo as emissões de gases causadores do efeito estufa e de poluentes atmosféricos, em consonância com a Política Nacional de Mobilidade Urbana, Plano Diretor de Mobilidade de Belo Horizonte e Plano Diretor de Belo Horizonte.

- Garantir que a Política Municipal de Mobilidade Urbana, o Plano de Mobilidade Urbana de Belo Horizonte e demais instrumentos de planejamento de mobilidade da cidade sejam orientados sob as perspectivas de gênero, raça e classe e que promovam a acessibilidade universal, combatam o assédio, a discriminação e a violência contra pessoas negras no acesso à cidade.
- Efetivar a estratégia de Visão Zero (em que nenhuma morte no trânsito é aceitável), através de políticas, programas e ações de redução das velocidades máximas regulamentadas em ruas e avenidas.
- Garantir a acessibilidade universal, identificando e eliminando as barreiras e obstáculos de forma a possibilitar o uso seguro e autônomo das pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida a todo o sistema de caminhabilidade de Belo Horizonte – calçadas, parques, praças, travessias, acessos à rede de transporte coletivo e às edificações de uso coletivo etc.
- Aumentar a atratividade dos deslocamentos a pé e de bicicleta, assegurando a segurança e conforto de ciclistas e pedestres, através da ampliação e melhoria da infraestrutura pedonal (calçadas, entre outras) e cicloviária (ciclovias, ciclofaixas, zonas 30, paraciclos, bicicletários etc.), além da manutenção permanente da rede existente, considerando a adequada arborização, sinalização e iluminação.
- Estimular e aperfeiçoar a intermodalidade do transporte de pessoas no município, especialmente entre os modos ativos e os coletivos.
- Praticar uma gestão transparente, justa e democrática da política de mobilidade urbana da cidade, através da promoção e valorização das Comissões Regionais de Transporte e Trânsito, do Conselho de Mobilidade Urbana de Belo Horizonte em caráter deliberativo e do Observatório da Mobilidade Urbana de Belo Horizonte, conectando e tangenciando as atribuições e ações destes espaços de participação.
- Possibilitar o passe livre para estudantes e pessoas desempregadas.
- Retomar a gestão pública participativa do transporte, com revisão do modelo de concessão, melhoria da qualidade do serviço e da frota, e estabelecimento de uma política de preços que promova a redução da tarifa rumo à Tarifa Zero.
- Implementar política de restrição ao uso de automóveis, através de redução de vagas de estacionamentos, criação de faixas exclusivas de ônibus e outros instrumentos que privilegiem os modos mais eficientes e democráticos de deslocamento.
- Incorporar a logística urbana de forma integrada à política de mobilidade, valorizando a Política de Logística Urbana de Belo Horizonte, reduzindo os impactos da movimentação dos veículos de entrega sobre a circulação viária, meio ambiente e vizinhança. Integrar e estimular o uso da bicicleta nos quilômetros finais das entregas.
- Estruturar e redirecionar os gastos orçamentários, que hoje priorizam obras voltadas para o transporte motorizado individual, para ampliar a infraestrutura cicloviária, a infraestrutura do transporte coletivo e subsidiar a tarifa do transporte coletivo.
- Assegurar políticas públicas sólidas de mobilidade para territórios periféricos, garantindo o direito de ir e vir para vilas e favelas, promovendo um acesso amplo ao transporte público, atentando para o tempo de deslocamento.

- Propor a garantia dos direitos da categoria de trabalhadores do transporte público, assim como a humanização de suas condições de trabalho, promovendo discussões acerca do retorno dos trocadores.
- Ampliar os espaços dos ônibus na cidade, com a criação de faixas exclusivas nas principais avenidas e ruas de circulação do transporte coletivo.
- Política permanente de enfrentamento ao assédio no transporte público e redução de danos a exposições de riscos, como, por exemplo, o reordenamento das paradas dos transportes públicos coletivos em locais iluminados e de fácil acesso para mulheres.
- Ampliar a oferta de ônibus, restringindo a lotação dos mesmos e garantir, enquanto perdurar a pandemia, protocolos sanitários que assegurem a proteção de passageiros e dos trabalhadores;

4.4. Espaços públicos e áreas verdes

- Ampliar e estruturar a previsão orçamentária das áreas verdes e espaços públicos da cidade, de forma a garantir a distribuição equitativa dessas áreas no território e a manutenção de todas essas áreas com qualidade, segurança e abertura em horários mais amplos, adequados para o uso democrático da população.
- Buscar garantir e consolidar as áreas verdes remanescentes na cidade e que são demanda de espaços públicos pela população, como a Mata do Planalto, o Parque Jardim América, a Mata do Izidora, além de prover a implementação efetiva de áreas definidas como parques, mas que não foram implementadas, como Parque do Brejinho, Parque Lareira, Parque Betânia, Mata do Mosteiro. Implementar um plano de recuperação de áreas degradadas para criação de espaços públicos.
- Implementar um plano de arborização urbana que busque garantir o direito à sombra em todas as calçadas da cidade, articulada junto ao planejamento e adequação das calçadas, bem como rever o processo de supressão de árvores, a fim de se evitar supressões arbitrárias. Criar política de incentivo a arborização de quintais e áreas particulares, como planos de distribuição de mudas, ensino sobre plantio, incentivos tributários etc.
- Implementar política de educação ambiental para o século 21, buscando estabelecer respeito à diversidade, a partir de práticas distribuídas na cidade, que utilizem dos espaços públicos como laboratórios e lugares de aprendizagem.
- Rever a priorização dada nas ruas ao espaço para automóveis, através da ampliação de calçadas e da criação de áreas públicas em vagas de estacionamento, incluindo perspectiva de jardins drenantes para absorção das águas.
- Estudo e criação de novas áreas de Unidades de Conservação para prevenção de degradação em áreas de interesse.
- Desenvolver política para implantação de banheiros públicos nos espaços públicos, praças e locais de grande circulação na cidade, garantindo recursos no orçamento para a adequada manutenção.

4.5. Águas, saneamento e combate a enchentes

- Promover política ampla e continuada de educação ambiental para formação de sujeitos ecológicos, com respeito às diversas formas de vida e aos direitos da natureza, e compreendendo a água como bem comum. Estimular o debate acerca das águas e da convivência com a natureza na política municipal de educação.

- Buscar uma política de cursos d'água de preservação dos leitos naturais e criação de parques ciliares, integrada à recuperação de nascentes e que preveja a descanalização e reintegração dos córregos na vida urbana, em diálogo com as comunidades e com as políticas habitacionais. Buscar garantir a meta estabelecida pela comunidade da bacia do Ribeirão do Onça de Brincar, nadar e pescar no Onça em 2025, e tomar esta proposta como referência para os demais cursos d'água da cidade.
- Elaborar um programa de recuperação, conservação e uso sustentável dos ecossistemas aquáticos da cidade.
- Implementar imediatamente política para universalização da coleta de esgoto, tendo como objetivo a interceptação e o tratamento de toda a rede na cidade até 2030, a partir do estabelecimento de metas e mecanismos de transparência e fiscalização com a Copasa, ampliando a progressividade da tarifa, de modo que as pessoas com menor renda paguem menos.
- Universalizar o tratamento adequado dos resíduos sólidos, com coleta seletiva, compostagem e disposição de rejeitos, a partir de um trabalho com as cooperativas de reciclagem e os catadores informais, tornando-os prestadores de serviço remunerados pelo município, e com uma política de incentivo à indústria da reciclagem e à logística reversa sob responsabilidade das empresas.
- Implementar uma política de drenagem distribuída ao longo das bacias, com infraestruturas de baixo impacto integradas a espaços públicos e agroecologia, a partir do entendimento dos estudos do subsolo, rochas e águas subterrâneas. Buscar garantir a permeabilidade do solo mínima estabelecida no plano diretor por fiscalização efetiva e criar políticas de incentivo ao aumento da taxa de permeabilidade e captação de água chuva.
- Estabelecer metas progressivas para ampliação da rede de coleta de esgotos e implementação das ligações domiciliares à rede de coleta de esgoto pública até a universalização.
- Realizar diagnótico da oferta de recursos hídricos na cidade para auxiliar no planejamento urbano.
- Universalizar o acesso à água tratada para todas as comunidades de Belo Horizonte;

4.6. Meio ambiente e emergência climática

- Declarar emergência climática no município de Belo Horizonte, estabelecendo mecanismos institucionais para enfrentar os desafios climáticos no município, articulando ações metropolitanas e incorporando as perspectivas de gênero, raça e classe.
- Enviar ao Legislativo municipal um Projeto de Lei sobre mudanças climáticas do município, para criação do marco legal de Belo Horizonte, contendo metas de redução das emissões de gases de efeito estufa em Belo Horizonte em todos os setores em consonância com a Política Nacional de Mudanças Climáticas e a Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC).
- Desenvolver e instituir um Plano de Ação Climática Municipal, centrado em pessoas, baseado no conceito de ambientalismo interseccional, de caráter participativo e organizado nos eixos de mitigação e de adaptação às mudanças climáticas.
- Promover diálogos e processos formativos sobre as mudanças climáticas em todo o território, reconhecendo os saberes tradicionais e valendo-se da educação popular, articulação com escolas e universidades, movimentos sociais e organizações da sociedade civil e outros atores locais.

- Estruturar um processo público, democrático e inclusivo para projetar Belo Horizonte rumo a se tornar uma cidade neutra em carbono até 2050, a partir da articulação de diversas secretarias e atores sociais.
- Reconhecer a vinculação da Agenda Climática com a Agenda ODS 2030 e criar mecanismos que estabeleçam o Plano de Ação Climática, em conjunto com o PPAG e com o Plano Diretor, como um dos instrumentos de planejamento do desenvolvimento sustentável do município, articulando-o com o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e o Plano de Mobilidade.
- Elaborar e implantar um plano municipal de energia, com a definição de diretrizes voltadas para a eficiência energética em edificações públicas e privadas e fomento do uso de energias renováveis, com destaque para a energia fotovoltaica, em alinhamento com os programas nacionais como o PROGEM e o PROCEL EDIFICA.
- Desenvolver e implantar políticas, programas e ações para criação de sumidouros de carbono em Belo Horizonte (agroflorestas, parques e praças).
- Ampliar o Programa de Educação Ambiental voltado para a implementação da Agenda 21 na esfera municipal, incluindo o eixo de educação climática nas atividades desenvolvidas pelo Programa, com uso dos Centros de Educação Ambiental e estabelecimento de parcerias com outros programas e organizações, para ampla divulgação dos conteúdos junto à sociedade. Promover a melhor transparência de dados de qualidade do ar em Belo Horizonte, em articulação com órgãos públicos estaduais e atores da sociedade civil.
- Atuar de forma articulada com o estado de Minas Gerais e municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte para estabelecimento de padrões de qualidade do ar mais restritos, em consonância com os estabelecidos pela Organização Mundial da Saúde.
- Fiscalizar impactos gerados por grandes empreendimentos poluidores de maneira integrada com municípios da RMBH.
- Enviar ao Legislativo municipal um Projeto de Lei do Clima e Qualidade do Ar, para criação do marco legal de Belo Horizonte.
- Desenvolver e instituir um Plano de Adaptação para as mudanças climáticas no município, considerando todos os territórios, em especial aqueles mais vulnerabilizados.
- Elaboração de metas de redução de emissão dos gases do efeito estufa.
- Incentivar o uso de energias alternativas (como a energia solar), por meio da isenção fiscal para prédios, indústrias e edifícios, fomentando mecanismos tributários de incentivo a indústrias limpas e maior tributação de práticas poluidoras.
- Atuar pela reciclagem do entulho da construção civil, utilizando-o em programas de habitação popular.
- Atuar pela implantação de compostagem dos resíduos orgânicos em alternativa aos aterros sanitários.

4.7. Resíduos sólidos

- Desenvolver o planejamento e gestão integrada de resíduos considerando a revisão técnica e popular do PMGIRS BH (Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de BH) para adequá-lo às condições atuais pós-pandemia e às particularidades locais dos territórios.
- Promover a inclusão e integração dos trabalhadores da reciclagem, em especial catadores e catadoras, organizados e autônomos, no desenvolvimento de modelos mais seguros,

sustentáveis e eficientes de coleta seletiva, garantindo-lhes melhores condições de trabalho e o reconhecimento da atividade.

- Desenvolver políticas de destinação das diversas categorias de resíduos sólidos, integrando fluxos de coleta e destinação, na construção de alternativas que dêem conta do todo o universo dos resíduos, e não apenas os que possuem alto valor econômico no mercado.
- Implementar políticas de gestão de resíduos que se integrem às de assistência social, desenvolvimento econômico e territorial, segurança alimentar, agricultura urbana, saúde, meio ambiente e limpeza urbana.
- Expandir o serviço de coleta seletiva, no caminho de garantir sua universalização, integrando a ele as ações e iniciativas comunitárias de gestão de resíduos.
- Desenvolver políticas, programas e instrumentos para efetivação da logística reversa em todo o território municipal.
- Garantir e promover instrumentos de participação popular através de Fóruns Lixo e Cidadania territorializados nas regionais.
- Desenvolver mecanismos de acesso e disponibilização de dados que garantam transparência da gestão de resíduos em Belo Horizonte.
- Expandir as campanhas e programas de educação com linguagem popular e mobilização social, considerando todas as linguagens e saberes.
- Desenvolver políticas de incentivo econômico a ações descentralizadas de compostagem de resíduos orgânicos e integração direta à políticas de agricultura urbana, segurança alimentar e abastecimento.
- Desenvolver mecanismos técnicos e legais que garantam a proibição da incineração, em suas diversas formas e nomenclaturas, em todo o território municipal.
- Criar procedimentos que promovam a reciclagem do entulho da construção civil para aproveitamento de materiais em programas de habitação popular.

QUEM SOMOS? SOMOS A DIVERSIDADE!

Somos várias pessoas, plurais e diversas. Somos mulheres, pessoas negras, integrantes de povos e comunidades tradicionais, pessoas LGBTI e pessoas com deficiência. Somos crianças, jovens e pessoas idosas. Somos trabalhadoras(es) que construíram e continuam construindo Belo Horizonte com nossos corpos, vozes e lutas. Carregamos muitas marcas e tantas vezes sofremos violências limitadoras do pleno exercício dos nossos direitos, mas cotidianamente criamos formas de cuidado, expressão cultural, organização coletiva e realização do bem viver na nossa cidade.

Sabemos que a realidade de BH reproduz as injustiças de uma sociedade patriarcal, machista, racista, LGBTIfóbica, capacitista e capitalista, que explora e oprime a maioria da população. Belo Horizonte mantém uma lógica urbanística voltada para o centro privilegiado e não assegura acesso igualitário a equipamentos e serviços públicos para as pessoas excluídas dos espaços de decisão e construção política. Buscamos transformar esse quadro.

Defendemos uma cidade que valorize a sabedoria, os costumes e as culturas ancestrais dos povos tradicionais, que possibilite a expressão plena de todas as pessoas, que seja solidária com a diversidade humana que nela habita, que respeite os seus rios e matas, que promova equiparação dos direitos. Apresentamos uma alternativa política para que essa imensa e diversa maioria, da qual fazemos parte, possa de fato construir a Belo Horizonte que queremos.